

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

Seminário sobre Estágio

João Pessoa, 6, 7 e 8 de maio de 1991

E D U C A Ç ã O
+
T R A B A L H O
=
E S T A G I O

MOACYR DE GóES

1. Introdução
2. Educação e Trabalho
3. Estágio: Legislação
4. Estágio: Alguns Indicadores
5. UFRJ: Alguns Dados
6. Dados de um "Agente de Integração"
7. Conclusão

- " Que me dizes ? Que é inútil me bater ?

- Mas não se luta só para vencer."

Cyrano de Bergerac.

EDUCAÇÃO + TRABALHO = ESTAGIO

Moacyr de Góes

I - INTRODUÇÃO

Antes de mais nada agradeço o convite da Universidade Federal da Paraíba, através da Pro-Reitora, Professora Maria Socorro Araújo, para discutir, mais uma vez, as questões da educação. Mais uma vez estamos juntos para refletir sobre os nossos questionamentos de sempre e, quem sabe, aperfeiçoar as nossas práticas, após as trocas de informações e experiências diversas. Sem pretender inventar a roda, mas, por outro lado, sem querer estacionar na mesmice de sempre, é com a troca de experiências, é conhecendo o que os outros estão fazendo, avaliando as diversas práticas e sobre elas voltando a teorizar, que poderemos avançar em nosso trabalho educativo. Somos acusados, nós da educação, de fazermos muitas reuniões, muitos encontros, em seminários mandamos chamar pessoas de fora para aumentar a motivação. E depois dos encontros nada acontece. Por que isso? A minha experiência diz que o mal não é da reunião, do seminário. O encontro é o "locus" onde podemos avaliar o nosso trabalho, confrontá-lo com a prática de outros colegas, voltar a teorizar sobre a nossa realidade e partir para a transformação necessária e possível. Então este momento de encontro não pode ser um mal em si. O que nos frustra é o que vem depois. É a mesmice que permanece. Mas, aí, além da crítica, caberá, também, uma auto-crítica. Nos encontros recebemos uma pasta - quase sempre

azul - um bloquinho e um lápis. Depois do encontro isso vai para a estante e a participação fica registrada no currículo. E é como se nada tivesse ocorrido. Voltamos para o nosso cotidiano, colocamos as coisas atrasadas em dia, apagamos algumas "fogueiras" que arderam em nossa ausência e continuamos a tocar a vidinha. Aí está o mal. O conformismo. Diante das dificuldades, que são muitas, não há o ânimo para reunir a equipe local e dizer para os companheiros: ouvi isso e aquilo. Muita coisa não dá para por em prática. Mas os itens tais e tais são exequíveis. Vamos estudar ? Uma semana depois examinaremos o que aplicar. Assim inovaremos, para melhor, a nossa prática. Ai, o trabalho vai ganhando vida. O garç dá para ultrapassar o desânimo e o argumento pessimista que sopra em nosso ouvido: "isso não vai dar certo, nós não temos condições etc etc"...Sei que às vezes sou acusado de ter uma mentalidade "escoteira". Até pode ser. Mas é que não sei trabalhar sem paixão. Percebo, evidentemente, que as condições gerais do Brasil e as específicas das universidades não são de entusiasmar. Mas "navegar é preciso", como ensina o Poeta. Por isso estou aqui, atendendo o vosso convite.

II - EDUCAÇÃO E TRABALHO

Falar em estágio é falar em educação e trabalho. Esta é uma discussão antiga. Dela algumas vertentes são válidas e outras, lamentavelmente, equivocadas. Continua sendo válido dizer que o processo educativo dá um salto qualitativo quando consegue estabelecer uma parceria entre a teoria aprendida na escola e a prática aprendida no mundo do trabalho. O estágio continua a ser o

grande instrumento para viabilizar este salto qualitativo. Por outro lado é um lamentável equívoco tecnocrático querer estabelecer uma rígida congruência entre escola e mercado de trabalho. Nos anos 70 chegou-se até a dourar a pílula de uma teoria do "capital humano", que terminou dando com os burros n'água.

Insensatez igual é querer que a escola prepare para um posto de trabalho, pois, quando a escola, que vai à reboque do mundo do trabalho, tecnicamente falando, preparar o perfil desse profissional, o perfil da função do posto de trabalho já não será o mesmo. A defasagem é grande entre escola e posto de trabalho. Estes dois mundos devem trabalhar com universos amplos: a escola oferecendo uma sólida base de cultura geral, teórica, e informando sobre o mundo do trabalho e suas relações de produção. Nem a formação profissional trabalha mais com os limites do posto de trabalho, hoje ela se amplia com o estudo de "famílias ocupacionais". Assim, quando o egresso da escola ingressar no mundo do trabalho, levando aquelas qualificações, ele estará apto a ser treinado pela empresa, em suas necessidades específicas, e dará a resposta adequada como futuro profissional.

Aliás, em 5 de abril último, a "Folha de São Paulo" publicou um artigo do Deputado José Serra que é uma mão na luva nessa questão. Diz ele:

"A nova mão-de-obra será menos especializada, terá conhecimentos mais gerais e diferenciados, cuidará simultaneamente da produção e do controle de qualidade, terá maior iniciativa e domínio sobre o processo

produtivo. De fato, quebra-se a engrenagem do taylorismo. O nível de educação geral do trabalhador deverá ser significativamente melhor. Uma excelente pesquisa feita pelo Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto a empresas que usam tecnologia de ponta e fortemente apoiadas na microeletrônica, mostrou que "as áreas de conhecimento mais relevantes para o melhor desempenho nas novas formas de organização do trabalho seriam: processo global de fabricação, gestão na produção, estatística e conhecimentos gerais".

Assim, dessa saudável discussão sobre o binômio educação-trabalho posso separar o joio do trigo - joio nascido principalmente na mentalidade tecnocrática da ditadura e sua legislação profissionalizante do ensino médio, no entendimento imediatista da Lei 5.692/71. O trigo que nos resta é a postura positiva da filosofia da parceria educação-trabalho e o estágio como instrumento dessa aliança, no nosso caso específico, no terceiro grau.

III- ESTAGIO: LEGISLAÇÃO

O estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior é definido na Lei 6.494, de 7 de dezembro de 1977 (DOU de 19.12.77) e regulamentado pelo Decreto 87.497, de 18 de agosto de

1982 (DOU 19.882).

Pelo artigo primeiro da Lei "o estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiências práticas na linha de formação "; devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem" em "conformidade com os currículos, programas e calendários escolares".

O art. segundo fala que "o estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividades de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social".

Em 6 de agosto de 1987, falando para os Pró-Reitores das Universidades Federais responsáveis pelos estágios acadêmicos, reunidos na Universidade Federal Fluminense, em Niteroi, Estado do Rio de Janeiro, eu dizia, estudando esses dois artigos da Lei, que, nas teorias de educação, o primeiro estava mais na linha do REFORÇO-REPRODUÇÃO do sistema social vigente e da escolarização tradicional, enquanto o outro dava uma abertura maior para a MUDANÇA-TRANSFORMAÇÃO da nossa realidade social. E concluía afirmando:

"É evidente que a natureza da formação do educando e a especificidade de sua qualificação balizarão o tipo de estágio que lhe será mais adequado. A moldura em que se desenvolverá o seu trabalho, todavia, apontará ou não para um maior engajamento social".

O que falei em 1987 ainda me parece válido em 1991.

Mais de quatro anos se passaram entre a lei que criou o estágio e o decreto que o regulamentou. A inovação parece estar sintetizada em um documento do Centro de Integração

Empresa-Escola, o CIEE, quando diz que depois do advento do Decreto 87.497 "a Escola passou a ser a fonte dos requisitos de Estágio, como um fator curricular, segundo objetivos educacionais-formativos, entrando a Empresa como um elemento de apoio, possibilitando o atingimento de tais objetivos, através da concessão de oportunidades de estágios".

Neste Decreto estava prevista uma única tarefa do Ministério da Educação, a indicada no Parágrafo Único do Art. 12 que rezava: "Dentro do prazo mencionado neste artigo (4 semestres letivos), o MEC promoverá a articulação de instituições de ensino, agentes de integração e outros Ministérios, com vistas à implementação das disposições previstas neste Decreto". Pois bem, antes de dois anos de vigência esta disposição foi revogada pelo Decreto 89.467, de 21 de março de 1984. O MEC se eximiu da obrigação que era sua de articular essa nova fronteira do processo educativo. A rejeição do filho - melhor dizendo, dos trabalhos que o filho dá - demonstra, mais uma vez, que é bom estar presente na hora de acender os fogos pirotécnicos, mas, "na hora de trabalhar, pernas pro ar, que ninguém é de ferro", como diz o poema de Ascenso Ferreira... Assim, na imagem que fiz no início desta reflexão, parece que o MEC, também, depois do seminário nacional sobre estágio, colocou a pastinha azul na estante e registrou o evento no currículo do Ministro.

IV - ESTÁGIO: ALGUNS INDICADORES

Ficaram, então, na liça, três agentes: o aluno, a escola e a empresa. As vezes surge um quarto personagem, o chamado

"agente de integração", previsto no Art. 7º do Decreto.

O CIEE é um desses "agentes de integração" e possivelmente um dos mais importantes, considerando sua experiência de mais de 25 anos de vigência e de colocação de mais de 500.000 estudantes em estágio. É dessa instituição de direito privado, sem fins lucrativos, o documento "Operacionalização do Estágio de Estudantes - Parceria Educação-e-Trabalho". Nele vamos encontrar um capítulo chamado de "Benefícios desejáveis", com algumas "dicas" que merecem consideração. Assim, é possível alcançar, com a prática do estágio:

1 - Em relação ao Estudante:

a) Identifica com maior clareza a finalidade de seus estudos e mede suas possibilidades; b) possibilita sentir suas próprias deficiências e buscar seu aprimoramento; c) permite descobrir a utilidade dos conceitos e o valor das hipóteses, com mais objetividade; d) facilita e antecipa a autodefinição em face da futura profissão; e) permite adquirir uma atitude de trabalho sistematizado, desenvolvendo a consciência da produtividade; f) atenua o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, reduzindo a natural insegurança do recém-formado; g) permite conhecer a filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das Empresas, Entidades e Instituições em geral.

2 - Em relação à Escola:

a) O estágio, ao longo do curso, concorre para que o ensino ofereça melhores resultados; b) abrevia a formação de uma postura profissional; c) propicia a oportunidade de divulgar o nome da escola, em função da qualidade de seus alunos; c) permite legitimar e efetivar a habilitação profissional que, ao final do

Curso, é legalmente atribuída pelo diploma conferido aos concluintes; d) é um recurso auxiliar de complementação didática no desenvolvimento dos currículos, em seus componentes profissionalizantes; e) permite uma revisão dos currículos, para eventuais reformulações e/ou adaptações, diante de necessidades identificadas, de caráter profissionalizantes; f) é uma das formas da Escola, direta ou indiretamente, conviver com o MUNDO DO TRABALHO e de iniciar, assim, um intercâmbio com o campo de absorção dos recursos humanos.

3 - Em relação à Pessoa Jurídica concedente/ Empresa:

a) O estágio contribui para abreviar a formação de uma postura profissional; b) possibilita a assimilação de novas tecnologias e metodologias operacionais, principalmente por parte de empresas de pequeno e médio porte; c) contribui para o aprimoramento dos currículos e programas de ensino e de estudo; d) o estágio contribui para que o ensino esteja ajustado, cada vez mais, às necessidades do meio social em que se incluem empresas, órgãos públicos e instituições em geral; e) o estágio de estudantes, projetivamente, pode se transformar em eficiente processo de recrutamento e seleção, de reais vantagens técnicas e econômicas para as empresas, órgãos públicos e instituições.

O documento que está subsidiando esta reflexão fala ainda dos pressupostos e posturas fundamentais de uma conceituação do estágio como estratégia de profissionalização, indicando que o estágio deve ocorrer numa situação real de trabalho; ele é uma acumulação sucessiva de habilidades e capacidades; deve ocorrer ao longo do curso; é necessário para a Escola como complemento para a formação profissional (processo ensino-aprendizagem); é

importante para a Empresa, em face de necessidades projetivas, como uma possível e desejável antecipação de renovação/desenvolvimento organizacional e tecnológico, o que pode tornar-se viável através de recursos humanos formados adequadamente.

Cumpre lembrar - e isto faz parte desse nosso encontro aqui e agora - que nesse complexo trabalho educativo à Escola estão reservadas tarefas das quais ela não pode abrir mão, tais como:

- * Estabelecer as condições mínimas para a realização do estágio de seus estudantes, isto é, formular e definir a política institucional;

- * Firmar convenios com as empresas (ou através de "agente de integração");

- * Cadastrar estudantes;

- * Cooptar empresas para com elas estabelecer as relações de parceria, identificando as oportunidades de estágio a serem concedidas;

- * Discutir, internamente, com os estudantes as condições do estágio e encaminhá-los à empresa; legalizar a situação;

- * Estabelecer um cronograma de relatórios que possibilite à Universidade fazer o acompanhamento do estágio e promover as necessárias correções de rumo; *Estabelecer as condições de concessões de Bolsa-Auxílio ;

- * Promover a avaliação final de cada estágio cumprido e a avaliação global do processo como um todo.

V - UFRJ: ALGUNS DADOS.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro o processo do estágio é descentralizado. Para se ter uma ideia do trabalho seria preciso percorrer todas as suas áreas de ensino de graduação que, em termos de dados de 1988, se distribuem em 142 Departamentos, localizados em 26 Unidades que integram 06 Centros. Além dos 136 Cursos de Graduação teríamos que somar mais 84 de Mestrado e 44 de Doutorado, abrigando uma população de 3.576 Professores e 35.324 estudantes.

No documento "Universidade em Números" há a informação de que a UFRJ celebrou 710 convênios, de 1985 a 1988, mas não indica quais os que têm, como objetivo, assegurar o estágio aos alunos.

Mesmo mantendo a prática da descentralização no que toca aos estágios, a estrutura burocrática da UFRJ mantém uma Seção de Estágios e Empregos na Divisão de Assistência ao Estudante (DAE) no organograma da Sub-Reitoria de Graduação e Corpo Discente (SR-1). Assim, o conflito de competências se estabelece e a burocracia vem perdendo a guerra, pela sua habitual lentidão e tradicional falta de meios. Isso fica evidente no Relatório do órgão, relativo ao período de outubro de 1988 a maio de 1990, ao listar como dificuldades institucionais "a dispersão dos convênios nesta Universidade, posto que muitos são celebrados diretamente com as Unidades de Ensino e não remetidos ao conhecimento desta Divisão, o que inviabiliza a ampliação das ofertas de estágio para outros cursos".

Neste documento são listados 25 convênios de estágio celebrados com interveniência da DAE, isto é, não diretamente com

as Unidades, no período de outubro de 1988 a maio de 1990.

Após indicar outros obstáculos ao crescimento institucional, o Relatório conclui: "Essas dificuldades e outras apontam para a urgente necessidade de sensibilização da comunidade universitária para uma efetiva reflexão e redefinição de uma política de estágio para esta Universidade".

A nossa reunião, aqui, hoje, parece indicar que a Universidade Federal da Paraíba está com o mesmo nível de preocupações da UFRJ e dessa reflexão poderá ser construída uma nova prática para responder ao grande desafio da parceria Educação-e-Trabalho.

VI - DADOS DE UM "AGENTE DE INTEGRAÇÃO"

O CIEE, já citado anteriormente, tem alguns dados sobre estágios de universitários por ele encaminhado. O período é de abril de 1989 a março de 1990. O Relatório computa informações de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco e mais quatro Coordenadorias Regionais. Segundo o documento, no período, foram cadastrados 24.438 universitários das diversas áreas de ensino e colocados em estágio 12.438.

VII - CONCLUSÃO.

A guisa de conclusão vou explicitar algumas questões para que a minha postura não vos pareça alienada, "escoteira" e sem pé-no-chão.

As dificuldades no vosso trabalho não são, apenas,

conjunturais. Elas têm raízes profundas na formação do povo brasileiro. Em primeiro lugar, a sociedade brasileira não tem a cultura da valorização do trabalho. Com pouco mais de cem anos de distancia da escravidão, o trabalho ainda traz o estigma da maldição. O nosso passado colonial ensina que a primeira vez que o brasileiro tentou aprender trabalhando - fora das relações de produção da "Plantation" - o governo português fechou as oficinas e puniu com cadeia os transgressores: assim foi em 1706, no Recife, e em 1747 no Rio de Janeiro, com as oficinas graficas. Só com a transmigração da Corte Portuguesa para o Brasil e o Alvará de 10 de abril de 1808 as coisas começam, lentamente, a mudar. A Real Impressão e o Colégio das Fábricas de 1809 foram exigências das demandas de um mercado nascente. A primeira constituição, que aboliu as corporações de ofícios, não se lembrou de colocar nada em seu lugar. A Monarquia contribui para o ensino letrado com o Colégio Pedro II mas, em termos de educação-trabalho, foi pouco mais além do que abrir a aula de desenho do Arsenal de Guerra às pessoas que estivessem interessadas. O Projeto de Ruy Barbosa, que não foi convertido em lei, é a grande luz de valorização de um ensino prático. A abolição do trabalho escravo e a proclamação da República, já impulsionadas por questões precoces de urbanização e industrialização, abrem caminho às escolas de artífices do Presidente Afonso Pena. Sem professores qualificados e em prédios inadequados as 19 escolas de 1910 são a fundação de um novo tipo de ensino. Na sociedade brasileira de então, já é visível o perfil da emergente classe operária que reivindica as chamadas Escolas Racionais, inspiradas no anarquismo espanhol de Ferrer.

É claro que aqui não é lugar e hora para a discussão da

história da educação no Brasil. O que quero dizer, apenas, é que as vossas dificuldades - e sei que elas existem, pois existem no Brasil todo - essas dificuldades são estruturais e só no processo de mudança da sociedade - mudança na qual estou e estais empenhados - esses obstáculos serão superados.

Absorvendo um capitalismo tardio, herança desse colonialismo e com características, ainda, da fase do capitalismo selvagem, a sociedade, hoje, embalada pela mídia do consumismo, tende a aderir ou compactuar com a "Lei de Gerson", aquela que legitima levar vantagem em tudo. Ora, essa é uma cultura que não fertiliza uma proposta como a do estágio, mas, pelo contrário, coloca mais uma pedra em nosso caminho.

Se o quadro histórico geral é esse, conjunturalmente, ainda enfrentamos outras graves dificuldades: a recessão econômica fecha os postos de trabalho e quando se instala o desemprego, como obter estágio? a inflação corroí os nossos salários e nos desestabiliza no nosso cotidiano; o regime democrático que lutamos para instaurar no país encontra um Estado profundamente descapitalizado, incapaz de investir nas necessidades básicas da sociedade; o Governo instalado, no qual a maioria das Universidades certamente não votou, mas respeitamos as decisões das urnas, pois, por elas, nós lutamos mais de vinte anos, pois bem, o Governo parece ainda não ter entendido a função da Universidade e o que temos recebido são reiteradas manifestações de hostilidades etc, etc...

-Agora, podereis questionar-me: se o quadro histórico não é favorável e a conjuntura ainda é pior, porque você vem aqui reafirmar a proposta do estágio?

- Porque, respondo, na hora de crise só há duas alternativas: crescer ou desaparecer. Como, acreditamos, a Universidade e seus serviços não querem desaparecer, porque não temos a vocação do suicídio, então, só nos resta fazer um finca-pé no fundo do poço, onde nos encontramos, e subir para a claridade do sol.

Não tenhamos nenhuma dúvida de que a Universidade Pública e Gratuita sofre, hoje, o desgaste intermitente de uma guerra de guerrilha movida por alguns setores oficiais. As respostas da Universidade, através de seus corpos docente, discente e de funcionários técnicos administrativos, nem sempre têm sido eficazes para rechaçar as tentativas de desmoralização e as ameaças de privatização. Acredito que a estratégia da luta deve mudar. Não sou dono da verdade e estou aqui para discutir. Na minha visão, além das afirmações de mobilização com greves - que têm sido a quase exclusiva forma de luta, corporativista e fechada em seu círculo de giz - agora, devemos somar a esta, outras táticas. Uma delas seria deixar de falar só com o Governo, com o Estado. Chegou a hora de falar para a sociedade civil e fazer duas perguntas básicas:

1 - A Universidade é socialmente necessária ?

2 - A Universidade e seus corpos sociais são competentes ?

Até agora o jogo está empatado: nós, da Universidade, respondemos SIM às duas questões e o Governo responde NÃO. Acho que devemos apelar para a sociedade civil e, face a uma grande mobilização nacional, ganhar no desempate.

- Por isso estou aqui, colocando todas as cartas na mesa, com lealdade e espírito aberto, nos limites do meu conhecimento.

15

- Só se justificará a sobrevivência da instituição universitária se ela for reconhecida como SOCIALMENTE NECESSARIA E PROFISSIONALMENTE CAPAZ. Esta resposta deverá ser dada pela sociedade civil, numa época particularmente difícil, dada a crise sem precedentes que nos assola, quando outras prioridades de sobrevivência estarão sendo colocadas em jogo.

Isso nos traz de volta à questão do estágio. O estágio é uma tarefa da Universidade e, como dissemos há pouco, na crise, ou crescemos ou desaparecemos. Acredito que, apesar das dificuldades, o estágio deve ser aperfeiçoado, deve crescer, deve receber da sociedade civil o reconhecimento que ele, também, é SOCIALMENTE NECESSARIO E PROFISSIONALMENTE CAPAZ. Por outro lado me parece que a função ou serviço da Universidade que se encolher, timidamente, nesta hora, ele será "enxugado" pelo Governo, isto é, ele corre o risco de ser suprimido. Então, é aquela história de finca-pé no fundo do poço, com coragem...

E agora a última pergunta que podereis me fazer:

- E vamos ganhar esta guerra ?

- Não sei, responderei com humildade. A questão é por demais complexa e não será com miopias ou com bravatas que iremos superar essa crise. Isso me lembra o que disse recentemente Leandro Konder, a propósito de Gramsci (Folha de São Paulo de 6.4. 91):

... em vez de vomitar jargão e simplificar arbitrariamente os problemas, os revolucionários, os "radicais", devem reconhecer com franqueza a complexidade das questões com que se defrontam, as

forças das contradições que os envolvem, renunciando a soluções ilusoriamente "fáceis" e realizando um esforço constante de inserção ativa em cada episódio do processo histórico das grandes transformações sociais".

Assim, confesso, sei muito pouco das coisas. Mas, uma coisa eu sei, com certeza: estou e estais, neste encontro da UFPB, buscando a "inserção ativa" de que fala Leandro Konder; estou e estais combatendo o bom combate. Este é o testemunho que deve ser dado, nesta hora. Amanhã, quando a História nos julgar a todos, será amanhã e o dia de hoje terá sido ganho ou perdido.

Isso foi entendido por Edmund Rostand, quando colocou na boca de Cyrano de Bergerac, na hora da sublimada morte, uma das questões fundamentais do Homem:

- "Que me dizes ? Que é inútil me bater ?

- Mas não se luta só para vencer".

Muito obrigado pela paciência que tivestes em me ouvir.
Tenho dito.

Handwritten signature: Henrique da Silva
Handwritten text: Rio, abril de 1991

